

EDITORIAL

É com muita satisfação que apresentamos o primeiro número do volume 19 da Revista REDES, referente ao primeiro quadrimestre de 2014. A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, passou a ter sua editoração em formato eletrônico a partir de 2007, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

Neste ano de 2014, nossa satisfação em apresentar os números da revista REDES tem um motivo especial. Nosso Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC está comemorando vinte anos. São duas décadas de comprometimento com a construção de conhecimentos, com a reflexão teórico-metodológica, com a socialização de conhecimentos relacionados à questão regional. E a Revista REDES, nesse processo histórico, tem uma grande importância, pois, através dela, nosso Programa tem proporcionado um espaço de socialização de pesquisas, de reflexões teóricas, de debate de ideias que, acreditamos, muito tem contribuído para que nossa área de conhecimento, o Desenvolvimento Regional, alcance cada vez maior representatividade nos diferentes espaços de discussão sobre desenvolvimento em nosso País.

Por diferentes caminhos, os quatorze artigos apresentados neste primeiro número da Revista REDES em 2014 contribuem para a reflexão da questão regional.

O artigo de **José Gpe. Hernández** abre o número, analisando o desenvolvimento do capitalismo, desde seu início até alcançar os processos de globalização econômica neoliberal e sua versão de “nova economia” com o apoio das tecnologias de informação e de comunicação. O autor analisa os impactos e os efeitos que a dinâmica histórica do capitalismo, em especial nessa fase recente, tem sobre os indivíduos, sobre as comunidades e sobre os estados nacionais; questionando os alcances do modelo de capitalismo neoliberal e transnacional, defende a necessidade de uma “revolução cultural”, para que não se aceite as formas de dominação, de poder e de alienação do capitalismo globalizado e para que se reconstrua a identidade das comunidades mediante uma ação individual e coletiva que afirme a autodeterminação, a independência e a autogestão.

Lalita Kraus, tomando como referência empírica o caso da indústria automobilística no México, analisa a relação entre o local e o global no sistema integrado de produção global. Através da Cadeia Global de Valor (CGV), a autora avalia como as pequenas e médias empresas se inserem no sistema integrado de produção global e quais são os condicionantes que causam uma inserção inadequada das mesmas. Para a autora, o caso da indústria automobilística no México é um importante exemplo para analisar esses condicionantes e para identificar o potencial papel que as políticas governamentais têm na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado.

Na sequência, **Joana Tereza Vaz de Moura e Ivaldo Sousa Moreira**, a partir da constatação da necessidade de ampliar os referenciais teóricos que são utilizados para a análise das interações sociais implicadas em dinâmicas de desenvolvimento territorial, propõem um referencial teórico a partir da abordagem relacional, identificada nas obras de Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Neil Fligstein. Para os autores, esse referencial permite avançar no tratamento analítico de alguns fatores (arranjo institucional, relações e laços sociais) importantes e relacionados ao desenvolvimento territorial. Através da abordagem relacional, afirmam, é possível questionar as comparações, próprias dos estudos sobre desenvolvimento territorial, que buscam nos fatores intangíveis (a exemplo do capital social) os elementos explicativos das diferenças entre certas regiões, deixando de perceber o território como um espaço de pertencimento, de diversidade, de relações de poder e de conflitos, no qual interagem atores marcados por diversas orientações e mantendo diferentes relações com as políticas públicas.

Ao analisar os efeitos do crédito rural nas exportações brasileiras de soja em grão no período entre junho de 2000 e janeiro de 2010, **Graciela Aparecida Profeta, Marília Fernandes Maciel Gomes, Dênis Antônio da Cunha e Viviani Silva Lírio** indicam que o crédito rural foi um dos determinantes mais significativos para a evolução das exportações brasileiras de soja, ficando atrás somente da taxa de câmbio.

Alexandre de Melo Abicht, Alessandra Carla Ceolin, Paulo Rodrigo Ramos Xavier Pereira e Augusto Ormazabal de Faria Corrêa discutem as relações existentes entre o agricultor familiar, as cooperativas de agricultores familiares, as indústrias produtoras de biodiesel e órgãos reguladores governamentais sob a ótica da Economia dos Custos de Transação (ECT). O artigo demonstra as possibilidades que o produtor rural possui para negociar a sua produção, seja diretamente com a indústria, ou, indiretamente, através das cooperativas.

O processo de representação dos agricultores familiares em espaços institucionais de participação social no Sudoeste do Paraná é analisado por **Norma Kiyota**. Para a autora, esses espaços, oriundos do processo de descentralização das instituições do Estado e da aposta na aproximação da sociedade civil com a gestão estatal, determinam o surgimento de um processo diferenciado de representação, protagonizados pelos representantes dos diferentes grupos sociais que atuam nesses espaços. A pesquisa realizada pela autora demonstra que diferentes configurações dos espaços, trajetórias dos representantes e trajetórias associativas dos municípios e da região alteram o processo de representação a partir da distinção dos perfis dos representantes, das formas de relacionamento dos representantes com os representados e na forma como os próprios espaços institucionais de participação social se identificam com as conformações associativas dos agricultores familiares no território.

Alexandre Troian, Dionéia Dalcin, Alessandra Troian e Sebele Vasconcelos de Oliveira avaliam o processo de tomada de decisão dos agricultores familiares que produzem uva na Região Serra do Rio Grande do Sul, destacando que o processo de tomada de decisão desses agentes econômicos é realizado no coletivo do contexto familiar, mais voltado às problemáticas cotidianas. Na análise, os autores indicam que, orientadas sempre para o alcance de maior eficiência da atividade produtiva e do bem-estar social da família, as decisões refletem o amplo conjunto de aspectos objetivos e

subjetivos que circundam os agricultores, em consonância com os desempenhos técnico e econômico e entre os sistemas de produção que compõem a propriedade rural.

As diferenças nos rendimentos dos trabalhadores que atuam na produção de algumas *commodities* agropecuárias em relação aos trabalhadores em outras culturas agropecuárias no Brasil e na região Centro-Oeste é o tema do artigo assinado por **Alan Santos e Priscila Casari**. Utilizando como referencial teórico a teoria da segmentação do mercado de trabalho, além de referências bibliográficas sobre a teoria do capital humano e o mercado de trabalho agropecuário, os autores indicam que, mesmo controlando-se o efeito do capital humano, há diferencial de rendimentos em favor dos trabalhadores na produção de *commodities* no Brasil e na região Centro-Oeste, indicando que o mercado de trabalho agropecuário é segmentado.

José Deomar de Souza Barros e Lucia Helena Garófalo Chaves analisam aspectos socioeconômicos da microbacia hidrográfica do Riacho Val Paraíso, na Paraíba, identificando um conjunto de dados que indicam a condição de precariedade social e econômica que caracterizam as comunidades rurais que fazem parte daquela microbacia.

Janete Facco, Camila Fujita e James Luiz Berto analisam a crescente urbanização da cidade de Chapecó, município situado no Oeste de Santa Catarina, ocorrida no decorrer das décadas de 1950 até 2010, procurando compreender o processo de ocupação urbana, identificar os principais conflitos de uso do solo que ocorreram e avaliar a influência que os planos de ocupação territorial tiveram naquele processo histórico de urbanização. Para os autores, o processo de urbanização de Chapecó foi fortemente influenciado pela instalação das principais indústrias do município, por rodovias e pela primeira universidade instalada na cidade; constatam, ainda, que o avanço da urbanização nem sempre foi planejado, via de regra gerando impactos ambientais.

Janafina Balk Brandão, José Marcos Froehlich e Raquel Breitenbach propõem uma “análise crítica” ao apoio que setores da sociedade civil e representantes políticos têm dado à alternativa de desenvolvimento para a região Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, focada na implantação de florestas que servirão de matéria-prima para empresas multinacionais de celulose. Para os autores, a melhoria de oportunidades e de qualidade de vida das pessoas naquela região não virá através de receitas prontas de desenvolvimento. Nessa direção, defendem que é necessário ser considerada a relevância das características culturais locais, além de criar condições para que as pessoas construam à sua maneira o desenvolvimento, de forma plural, respeitando as particularidades do território e favorecendo o fortalecimento das capacidades humanas, cabendo ao Estado fomentar e apoiar iniciativas que garantam a autonomia, a diversificação e a diferenciação dos produtos e serviços oferecidos, além do empoderamento da população.

Lucas Labigalini Fuini e Ivana Iyulka Hori analisam as evidências territoriais da discussão sobre Arranjos Produtivos Locais, os APLs, utilizando como escala espacial de análise o regional, mais precisamente a Região de Governo de Ourinhos, no estado de São Paulo. Os autores consideram o modelo de APLs como uma estratégia específica de desenvolvimento para os territórios e seus pequenos negócios, apesar de suas fragilidades operacionais institucionais e financeiras, e indicam que existem aglomerações e APLs potenciais na região de Ourinhos que ainda são desconhecidos e não receberam aporte institucional e financeiro do Estado, ficando à margem dos benefícios econômicos do

desenvolvimento local, pois que se encontram desorganizados ou organizados precariamente. A partir do rastreamento do quadro nacional e local de políticas para arranjos e aglomerações produtivas, acentuam o viés do desenvolvimento em APLs como aquele pautado em recursos, instituições e redes locais, dependentes, no entanto, das escalas maiores de ação governamental. Por fim, propõem uma metodologia de análise alicerçada em pesquisa de dados documentais e estatísticos (IBGE e RAIS), na perspectiva de identificar as principais aglomerações industriais presentes na região estudada, reconhecendo sua dinamicidade para as economias locais e a pertinência ou não de se considerar algumas aglomerações industriais como APLs.

Mauro Augusto dos Santos, Alisson Flávio Barbieri, Carla Jorge Machado e José Alberto Magno de Carvalho descrevem e analisam como se deu a participação dos governos estadual e federal no processo de ocupação das terras no Cerrado Brasileiro. Segundo os autores, o processo de ocupação das terras desse bioma teve início a partir de um projeto agrícola implantado no estado de Minas Gerais, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), que serviu de modelo para a implantação de dois outros grandes projetos que também tiveram o Cerrado mineiro como um dos locais escolhidos para a alocação de seus recursos.

Ribeiro Justo e Andréa Ferreira da Silva investigam o crescimento pró-pobre entre os municípios do Estado do Ceará em 2003. A partir de revisão da literatura recente sobre o tema, da utilização de referencial teórico oferecido pela econometria espacial, do uso de instrumentais metodológicos (metodologia LISA – *Local Indicators of Spatial Association*) e estatísticos (a estatística I de Moran), os autores estimam as elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza, sugerindo crescimento pró-pobre nos municípios cearenses, em acordo com resultados agregados para o Estado do Ceará apontados na literatura recente.

Para finalizar, gostaríamos de reafirmar nosso convite para que todos acompanhem as programações alusivas aos vinte anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. Dentre as atividades que estão sendo programadas, um número especial da Revista REDES publicará resultados de pesquisas dos professores que atuam no Programa e um Seminário nos dias 11 e 12 de setembro do presente ano, com a presença de pesquisadores (nacionais e estrangeiros) da área do desenvolvimento regional. Sintam-se todos convidados e boa leitura.

Virginia Elisabeta Etges
Marco André Cadoná
Editores.